

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ADRIANO DAS VINHAS DE CARVALHO

**Índice de Sustentabilidade Empresarial: um relato das informações
divulgadas pelas empresas no ano de 2012**

Dourados/MS

2014

ADRIANO DAS VINHAS DE CARVALHO

**Índice de Sustentabilidade Empresarial: um relato das informações
divulgadas pelas empresas no ano de 2012**

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Cristiane Mallmann Huppes

Banca Examinadora:

Professora: Erlaine Binotto

Professor: Gustavo Anderson Gimenes

Deboleto

Dourados/MS

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que me deu sabedoria, coragem e perseverança para terminá-lo. A minha família em especial a minha esposa Monia que nos momentos difíceis não me deixou desanimar. Aos amigos que no decorrer do ano estiveram ao meu lado e de alguma maneira auxiliaram na execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e colegas que contribuíram para a construção deste trabalho.

À professora Cristiane Mallmann Huppés, por sua orientação ética, exigente e aberta ao diálogo.

Agradeço a todos os familiares, amigos, colegas e pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Obrigado por acreditarem em mim.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar as informações que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), listadas na BM&FBovespa. Por meio de pesquisa bibliográfica, foram estudados aspectos sobre Contabilidade Ambiental, Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado e informações de natureza sociais e ambientais estabelecidas pela NBC T 15. Tendo como base as empresas que compõe o ISE, foram selecionadas intencionalmente as classificadas pelo Índice nos 4 anos observados (2009 a 2012). Os dados foram coletados através dos relatórios de sustentabilidade, Balanço Social, Relatório da Administração e Notas Explicativas das empresas selecionadas, publicados no ano de 2012. Portanto, quando se cumpre as prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15, tais informações colocando-a na qualidade de ferramenta gerencial fornecem às empresas informações valiosas para a tomada de decisão e a adoção de estratégias. Sendo que depois de identificadas e classificadas as empresas, compararam-se as informações dos relatórios se estavam em conformidade com a Norma e após concluiu-se que os resultados apontam que a maioria das empresas cumpriram as prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15.

Palavras-Chave: NBC T 15. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Empresas.

ABSTRACT:

This work has the objective to identify the information that are being divulged by the companies listed in the Index of Business Sustainability – ISE, listed in the BM& FBOVESPA. Through bibliographical research, studied itself aspects about environmental accounting, social swing, demonstration of the value added and information of environmental and social nature established by the NBC T 15. Having base the companies that composes the ISE, were selected deliberately them classified by the Index in the 4 years observed (2009 to 2012). The facts were collected through the reports of sustainability, social swing, report of the administration and explanatory notes of the companies selected, published in the year of 2012. Therefore, when itself fulfills the prerogatives established by the NBC T 15, such information putting it in the quality of managerial tool supply to the companies valuable information for the decision-making and the adoption of strategies. Being that after identified and classified the companies, compared the information of the reports itself were in conformity with the norm and after concluded that the results aim that the majority of the companies fulfilled the prerogatives established by the NBC T 15.

Keywords: NBC T 15. It index of Business Sustainability – ISE. Companies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Receitas de uma Entidade.....	20
QUADRO 2: Custos e Despesas Adquiridas	21
QUADRO 3: Resultado das Receitas	21
QUADRO 4: Resultado a Distribuir.....	22
QUADRO 5: Distribuição de riqueza gerada pela empresa.	22
QUADRO 6: Distribuição das riquezas geradas pela empresa, na forma de remuneração de terceiros.....	23
QUADRO 7: Plano de contas conforme a NBC T 15	29
QUADRO 8 – Empresas listadas no ISE nos anos de 2009 a 2012	40
QUADRO 9 – Empresas Seleccionadas.....	41
QUADRO 10: Itens de divulgação.....	42
QUADRO 11: Categorização das Informações	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Geração e Distribuição de Riqueza	45
Tabela 2 - Remuneração	45
Tabela 3 – Benefícios	46
Tabela 4 – Corpo Funcional.....	47
Tabela 5 – Contingência e Passivos Trabalhistas.....	47
Tabela 6 – Relacionamento com a Comunidade.....	48
Tabela 7 – Interação Com Os Clientes	48
Tabela 8 – Interação com Fornecedores	49
Tabela 9 – Interação Com o Meio Ambiente	49
Tabela 10 – Educação Ambiental	50

LISTA DE SIGLAS

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

NBC- Normas Brasileiras de Contabilidade

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

FGTS - Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

PIS - Programa de Integração Social

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviço

IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de previdência complementar

ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimentos

APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de investimentos em Mercados de Capitais

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IFC - *International Finance Corporation*

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 PERGUNTA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 <i>Objetivo geral</i>	12
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i>	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL	14
2.1.1 <i>Ativo Ambiental</i>	15
2.1.2 <i>Passivos Ambientais</i>	16
2.1.3 <i>Despesas, Custos e Perdas Ambientais</i>	17
2.1.4 <i>Receita Ambiental</i>	18
2.2 EVIDENCIAÇÃO DOS GASTOS AMBIENTAIS	18
2.3 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE – NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL	19
2.3.1 <i>Geração e Distribuição de Riqueza</i>	20
2.3.2 <i>Recursos Humanos</i>	24
2.3.3 <i>Interação da Entidade com o Ambiente Externo</i>	25
2.3.4 <i>Interação com o Meio Ambiente</i>	25
2.4 BALANÇO SOCIAL	26
2.4.1 <i>Beneficiários do Balanço Social</i>	30
2.4.2 <i>Demonstração do Valor Adicionado no Balanço Social</i>	30
3. METODOLOGIA	34
3.1 TIPOLOGIAS DE PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	34
3.1.1 <i>Pesquisa Exploratória</i>	34
3.1.2 <i>Pesquisa Descritiva</i>	34
3.1.3 <i>Pesquisa Explicativa</i>	34
3.2 TIPOLOGIAS DE PESQUISAS QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	35
3.2.1 <i>Estudo de Caso</i>	35
3.2.2 <i>Levantamento</i>	35
3.2.3 <i>Pesquisa Bibliográfica</i>	36
3.2.4 <i>Pesquisa Experimental</i>	36
3.2.5 <i>Pesquisa Documental</i>	36
3.2.6 <i>Pesquisa Participante</i>	37
3.3. TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO Á ABORDAGEM DO PROBLEMA	37
3.4. CLASSIFICAÇÃO DESTA PESQUISA	37
3.5 OBJETO DE ESTUDO	38
3.5.1 <i>Índice de Sustentabilidade Empresarial</i>	38
3.5.2 <i>Seleção e Amostra</i>	39
3.5.3 <i>Construção da pesquisa e coleta de dados</i>	41
3.5.4 <i>Procedimentos estatísticos</i>	43
3.5.5 <i>Desenho da Pesquisa</i>	43
4. DESCRIÇÃO DOS DADOS	45
4.1 EVIDENCIAÇÕES DA DIMENSÃO I – GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	45
4.2 EVIDENCIAÇÕES DA DIMENSÃO II – RECURSOS HUMANOS	45
4.3 EVIDENCIAÇÕES DA DIMENSÃO III – INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O MEIO AMBIENTE EXTERNO	48

4.4 EVIDENCIAÇÕES DA DIMENSÃO IV – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6. REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade ambiental, ao longo do tempo foi tomando espaço, mediante os grandes impactos no meio ambiente causado pelas grandes poluições, com isso as empresas passaram a se relacionar com o meio ambiente, com intenção de obter algum benefício. As entidades só passam a interagir com o meio ambiente externo, assim que os problemas mediante a poluição ambiental levam ao esgotamento dos recursos naturais não renováveis.

Ferreira (2009) afirma que a contabilidade ambiental transmite informações precisas e de suma importância para a gestão ambiental, assegurando que a contabilidade ambiental não é uma nova contabilidade, mas sim uma especialização que contém muitas informações ambientais.

O Conselho Federal de Contabilidade aprovou a norma NBC T 15- informações de natureza social e ambiental, que proporciona mais transparência nas ações de responsabilidade das empresas. Balanço social é um assunto novo que traz um anexo de informações sobre suas várias atividades e ações sociais com a sociedade e meio ambiente externo, informações essas que são de natureza social e ambiental.

1.1 Pergunta de Pesquisa

Para Longaray e Beuren (2004, p. 40), um trabalho monográfico é desenvolvido com o objetivo de “reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática.” Ainda, Beuren (2004, p. 49) escreve que “O primeiro passo para aquele que se propõe a desenvolver um trabalho monográfico é a escolha do assunto.” Neste trabalho foi escolhido ampliar os conhecimentos próprios relativos à Contabilidade Ambiental, mais precisamente tendo por base as prerrogativas estabelecidas na NBC T 15 comparadas às práticas de evidenciação das empresas listadas na BM&FBovespa, classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que identifica a performance das empresas quanto a sustentabilidade sob aspectos econômicos, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como pergunta de pesquisa o que segue: **Quais as informações que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE que correspondem às prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15?**

1.2 Objetivos

Beuren (2004, p. 65) relata que os objetivos são de fundamental importância para um trabalho monográfico. Nesse sentido, a autora destaca que “os objetivos indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa.” Ainda, os objetivos são classificados em geral e específicos, sendo o primeiro uma indicação ampla para o problema proposto. Quanto ao segundo, objetivos específicos, referem-se a “ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido.” Tendo por base essas explicações, a seguir são apresentados os objetivos desse trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as informações que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE que correspondem às prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15.

1.2.2 Objetivos específicos

- Estudar os aspectos que norteiam a Contabilidade Ambiental;
- Conhecer as prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15;
- Identificar e classificar as empresas listadas na BM&FBovespa, listadas no ISE;
- Verificar as informações contidas nos relatórios ambientais das empresas classificadas;
- Comparar as informações divulgadas pelas empresas listadas no ISE com as prerrogativas estabelecidas na NBC T 15.

1.3 Justificativa

Uma justificativa compreende a razão, os motivos que conduzem à pesquisa. Beuren (2004, p. 65) escreve que “o estudante deve discorrer de forma breve, mas completa, sobre a relevância da pesquisa a que se propõe. A relevância pode estar relacionada à área em que está buscando sua formação acadêmica, à área de atuação profissional à sociedade em geral.”.

Segundo Paiva (2009), o termo contabilidade ambiental veio através da necessidade de acompanhar a convivência do homem e as entidades, pois a destruição do meio ambiente é consequência do crescimento da sociedade, e com isso surgiu a necessidade de informações para melhorar a gestão ambiental das empresas.

Justifica-se essa pesquisa por querer aprimorar os conhecimentos acadêmicos quanto ao tema proposto, contabilidade ambiental; que em consequência refletirá no melhor exercício profissional, bem como apresentará informações à sociedade acadêmica no que se refere a informações que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE acerca de informações sociais e ambientais.

2. REFERENCAL TEÓRICO

Para conhecimento e construção da pesquisa será abordado um breve conceito sobre, contabilidade ambiental, evidenciação dos gastos ambientais, NBC T 15 – informações de natureza social e ambiental e balanço social.

2.1 Contabilidade Ambiental

Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para as comunidades de negócios, em termos de responsabilidade social do consumidor e desenvolvimentos de produtos passivos legais. É crescente a demanda por informações e exigências de regulamentação para o meio ambiente, e é imprescindível que o contador desempenhe um papel fundamental na nossa economia, não cuidando apenas de contas e sim sendo um conselheiro nas administrações de companhias para ter grande êxito em assuntos sociais e tributários, operativos e ambientais.

Para Ribeiro (2010) a contabilidade ambiental não é uma nova contabilidade, mas sim um segmento da contabilidade tradicional, tem o objetivo de identificar, mensurar, e esclarecer os eventos e transações ambientais, econômicas e financeiras que possam estar relacionadas de forma direta ou indireta com a proteção, preservação e recuperação ambiental, tornando visível a situação patrimonial de uma entidade.

Paiva (2009, p. 17), caracteriza a contabilidade como, identificação e geração de informações, significativamente necessária para tomada de decisão de uma entidade. “A contabilidade ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”.

Para Ferreira (2009, p. 59) a contabilidade ambiental surge de uma necessidade de gerar informações precisas para tomada de decisão.

A contabilidade ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatem adequadamente em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio, esse conjunto de informações não é outra contabilidade, mas uma especialização.

A contabilidade ambiental veio como um complemento da contabilidade financeira, que através de relatórios gera informações necessárias para que uma empresa possa ser administrada da melhor maneira.

A contabilidade ambiental, portanto, é o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da

avaliação dessas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, da revisão e melhora periódica de tais procedimentos.

2.1.1 Ativo Ambiental

O ativo, em uma de suas definições mais completa: “Compreende os bens e os direitos da entidade expressos em moeda”.

Os ativos ambientais são constituídos por bens e direitos de qualquer entidade, que tenha a capacidade de gerar algum benefício futuro, e que estejam relacionados à preservação, proteção e recuperação ambiental, demonstrando de tal maneira que a empresa se empenha na preservação ambiental (RIBEIRO, 2010).

Tinoco e Kraemer (2008, p. 181) definem ativo ambiental como bens adquiridos pela entidade, conforme relata:

Ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem com finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um ativo, devem ser classificados como tais. Os benefícios podem vir através do aumento da capacidade ou melhora da eficiência ou da segurança de outros ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental que deveria ocorrer como resultado de operações futuras ou, ainda, através da conservação do meio ambiente.

Existem algumas polêmicas na identificação dos ativos ambientais, devido ao surgimento das “tecnologias limpas”. Segundo Ribeiro (2000, p. 4) essas tecnologias compreendem novos meios de produção, dotados de mecanismos que impedem a produção de refulos. Tratando-se de meios de produção e transformação, são ativos operacionais propriamente ditos e não ativos ambientais.

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre vários processos operacionais das distintas atividades econômicas devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

Os Ativos Ambientais, todos decorrentes de investimentos na área do meio ambiente, deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental.

2.1.2 Passivos Ambientais

O Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Paiva (2009) afirma que as obrigações podem vir de duas formas, como passivos ambientais normais e passivos ambientais anormais. Passivos ambientais normais são os resíduos sólidos, líquidos e gasosos emitidos pela entidade no processo produtivo da empresa, que através de meios de redução desses resíduos pode se obter a possibilidade de prevenção, controle e prevenção. “A substituição de insumos por outros menos poluentes, o reaproveitamento de resíduos resultantes no processo, entre outras, são formas de redução ou eliminação desses passivos” (PAIVA, 2009, p.35).

Paiva (2009, p.36) relata sobre os passivos ambientais anormais:

Os passivos ambientais anormais são decorrentes de situações passíveis de controle pelas empresas e fora do contexto das operações. Pode-se citar como exemplo, um acidente com um reservatório de material tóxico ou altamente poluente provocado por raio, terremotos, furação ou outro evento aleatório. Em tais situações ocorrem perdas inesperadas que podem, em alguns casos, dada gravidade do desastre e os gastos para a recuperação, ocasionar sérias dificuldades para a manutenção das atividades da empresa ou até a sua descontinuidade. Em tais contextos as perdas são inevitáveis e sempre contingentes.

Ribeiro (2010) se refere a Passivo Ambiental como gastos que podem ser incluídos nas obrigações da empresa, gastos ou benefícios esses que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU) (1998, p. 5 *apud* RIBEIRO, 2010, p. 78) o Passivo Ambiental se configura quando:

A entidade tiver obrigação de prevenir, reduzir ou retificar um dano ambiental, sob a premissa de que não possui condições para evitar tal obrigação; essa ausência de condições é definida pelas seguintes situações, existência de uma obrigação legal ou contratual, política ou intenções da administração, prática do ramo de atividade ou expectativas públicas, pronunciamento interno ou externo decisão de solucionar o prejuízo causado, o valor da exigibilidade puder ser razoavelmente estimado.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), as eventuais situações formadas ao longo do tempo que às vezes passam despercebidos pela empresa, levando a existir uma obrigação, que incorreu um custo ambiental. Esse passivo ambiental é definido em uma obrigação presente de eventos passados.

Os Passivos Ambientais ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, ou seja, as empresas que o possuem agrediram o meio ambiente e, dessa forma, tem que pagar grandes quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para recuperação de áreas danificadas.

Deve-se ressaltar que os passivos ambientais não têm apenas origem em fatos negativos. Eles podem ser originários de atitudes ambientalmente responsáveis como os decorrentes da manutenção de sistemas de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização. Tais sistemas exigem ainda aquisição de insumos. Máquinas, equipamentos, instalações para funcionamento, o que muitas vezes será feito na forma de financiamento direto dos fornecedores ou por meio de instituição de crédito.

2.1.3 Despesas, Custos e Perdas Ambientais.

Ribeiro (2010) considera como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, que são consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, financeiro, recepção e almoxarifado, essas áreas desenvolvem atividades essenciais à proteção do meio ambiente. Tais despesas podem conter gastos relativos a horas de trabalho, insumos absorvidos nos processos de manutenção de programas e políticas ambientais, recepção dos itens ambientais adquiridos e auditoria ambiental.

Tinoco e Kraemer (2008), afirma que as despesas ambientais são divididas em despesas operacionais e despesas não operacionais. As despesas operacionais destinadas à preservação ambiental ocorrem em conexão com o processo produtivo, ou em decorrência deste, devem ser evidenciadas na demonstração do resultado do exercício. O não operacional são as que vêm de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da empresa como, por exemplo, multas.

Ribeiro (2010), afirma que os custos ambientais são gastos relacionados, diretamente ou indiretamente que uma empresa tem com a proteção do meio ambiente. São exemplos; disposição dos resíduos poluentes, recuperação de áreas contaminadas e mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Tinoco e Kraemer (2008), classificam os custos ambientais em: custos externos, que são os que devem surgir mediante a existência da empresa; custos internos, que são os gastos relacionados à prevenção e manutenção, para evitar o dano ambiental. Também, classifica em custos diretos, aqueles ligados à produção de um produto que a mesma esta causando algum

dano ao meio ambiente ou mesmo a prevenção deste dano; custo indireto, os que estão ligados ao processo de gestão ambiental; e, custo de contingência ou intangível, aqueles ligado ao investimento interno que de maneira geral influencie nas operações da empresa.

Para Ribeiro (2010), perdas ambientais são os gastos que na recuperação do meio ambiente não geram benefícios para a empresa, sendo essa classificada como normais ou anormais. Normais são aquelas previsíveis e de montantes previamente definidos como aceitáveis. Já a anormais, são as inesperadas e de volume relevante.

2.1.4 Receita Ambiental

A receita ambiental ocorre quando provenientes da gestão ambiental, conforme citado por Tinoco e Kraemer (2008, p. 192 e 193):

As receitas ambientais decorrem de prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo, venda de produtos reciclados, receita de aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de matérias- primas, redução do consumo de energia, redução do consumo de água e participação do faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Com a receita ambiental deve se considerar um ganho de mercado que a empresa passa a obter com o decorrer do tempo a opinião pública passa a reconhecer os produtos da empresa por uma boa política de prevenção ambiental (TINOCO e KRAEMER, 2008).

A receita ambiental pode ser o acréscimo de benefícios econômicos durante um determinado período decorrente das entradas de ativos, ou pelo decréscimo de obrigações que reflitam num patrimônio líquido.

As receitas ambientais derivam de atitudes socialmente responsáveis como o aproveitamento ou venda de produtos reciclados. Atitudes como estas passaram a fazer parte do cotidiano das empresas para que seja possível conter o desperdício dos recursos naturais ainda disponíveis.

2.2 Evidenciação dos Gastos Ambientais

Para Paiva (2009), a empresa deve reconhecer os seus gastos ambientais , assim como toda situação relacionada à natureza, que no futuro possa vir a prejudicar os interesses da empresa. Afirma ainda que esses gastos se classifiquem como voluntários e involuntários:

Os gastos voluntários podem ser considerados todos aqueles que estão envolvidos no processo de produção e também os que são gastos para a diminuição dos resíduos tóxicos. Os gastos involuntários são os que estão ligados a um desembolso devido alguma ação não esperada, podendo ser classificada como, multas, penalidades e perdas. Os gastos de natureza ambiental devem ser evidenciados no exercício em que ocorreu o fato.

Paiva (2009, p. 48) relata porque se devem evidenciar os gastos ambientais:

Quando a empresa passa a valorizar a relação com o meio ambiente e a tomar medidas preventivas, sua imagem perante a opinião pública tende a apresentar conotação diferenciada. Valorizar sua preocupação com o meio ambiente tem um forte papel, entre outros, na manutenção dos clientes atuais e atração de novos consumidores.

Paiva (2009) afirma que os gastos ambientais devem ser demonstrados no momento do fato gerador, pois as boas ações tomadas perante o meio ambiente, mediante sua preservação, conservação e recuperação, tornando assim toda empresa que praticam essas ações deve ser passada essa informação á seus clientes, fornecedores e sociedade. A prevenção e recuperação das áreas degradadas antes da empresa ser notificada legalmente passam a empresa assumir um bom caráter perante a natureza livrando de multas.

Martins e Ribeiro (1995, *apud* Paiva 2009) afirmam que existem duas linhas de pensamentos, com relação à evidenciação dos fatos que envolvem a contabilidade ambiental. A primeira diz que a contabilidade ambiental deve vir como um anexo ás demonstrações contábeis, a outra propõe a inclusão dos dados na atual demonstração mantendo o padrão que já e utilizado pela empresa.

2.3 Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, emitiu a resolução CFC nº 1.003 de 2004 aprovando a NBC T 15- Informações de Natureza Social e Ambiental estabelecendo procedimentos para as empresas, para que mostrem suas informações de natureza social e ambiental, transmitindo a sociedade informações sobre a participação e a responsabilidade social da empresa, no meio ambiente.

Pode-se entender como informações de natureza social e ambiental da seguinte forma, “geração e a distribuição de riquezas, os recursos humanos, a interação com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente” (CFC, 2004, p. 3).

Para o Conselho Federal de Contabilidade, as demonstrações de natureza social e ambiental quando elaboradas, extraídas ou não da contabilidade, devem estar de acordo com a norma NBC T 15, divulgando-a como informação complementar das demonstrações contábeis e não como notas explicativas. Também afirma ainda que as demonstrações de informações de natureza ambiental devem ser apresentadas para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e a do exercício anterior (CFC, 2004, p. 3).

2.3.1 Geração e Distribuição de Riqueza

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a resolução CFC nº 1.003 de 2004 aprovando a NBC T 15- Informações de Natureza Social e Ambiental, que dispõe sobre a geração e distribuição da riqueza.

O CFC também emitiu a Resolução 1.138/2008 aprovando NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado dispõe sobre a apresentação da DVA e como ela deve ser apresentada, e como devem demonstrar detalhadamente toda riqueza gerada pela entidade. Primeiramente é apresentada a forma de demonstrar as Receitas:

1 . RECEITAS	
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	Inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas.
1.2. Outras receitas	Inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas.
1.3. Receitas relativas à construção de ativos próprios	Para elaboração da DVA, essa construção de ativos equivale à produção vendida para a própria empresa e por isso que seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	Inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

QUADRO 1: Receitas de uma Entidade

FONTE: CFC, resolução 1138/08.

O Quadro 1 relata todas as receitas de uma entidade, que são a venda de mercadorias, produtos e serviços, que inclui os valores dos tributos incidentes sobre essa receita.

Nas receitas relativas à construção de ativos próprios, essa construção equivale à produção vendida para a própria empresa por isso que seu valor contábil integral precisa ser contado como receita e a provisão para créditos inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão.

No Quadro 2 são apresentadas a forma de evidenciação dos insumos consumidos pela empresa:

2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS).	
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.	Inclui os valores das matérias-primas adquiridas junto a terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros.
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros.
2.3. Perda / Recuperação de valores ativos	Valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques.
2.4. Outras (especificar)	São valores não especificados nos itens anteriores.

QUADRO 2: Custos e Despesas Adquiridas de Terceiros

FONTE: adaptada CFC, resolução 1138/08

Insumo adquirido de terceiros representa os valores relativos às aquisições de matérias-prima, mercadorias, materiais, energia, serviços e outros que tenham sido transformados em despesas do período, enquanto permanecerem nos estoques, não compõe a formação da riqueza criada e distribuída.

A perda e recuperação de valores ativos são valores relativos a ajustes por avaliação, a valor de mercado, de estoques, imobilizados, investimentos, etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período.

3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2).	São as receitas menos os insumos que foram adquiridos de terceiro.
4. DEPRECIÇÕES, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.	Inclui a despesa ou o custo contabilizado no período.
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	Este é o resultado do valor adicionado menos Depreciações, amortização e exaustão.

QUADRO 3: Resultado das Receitas

FONTE: adaptada CFC, resolução 1138/08

No Quadro 3 pode-se observar os resultados das receitas menos os insumos, despesas de depreciação, amortização e exaustão, que resultará em um valor adicionado líquido produzido pela entidade. A formação do valor adicionado é dada pela diferença entre o valor das receitas e os insumos adquiridos de terceiros.

A distribuição do valor adicionado deve ser de valor igual ao valor adicionado total a distribuir, ou seja, a entidade deve apresentar para onde cada parcela do total a distribuir é destinada, de modo a demonstrar 100% do valor.

6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1. Resultado de equivalência patrimonial	O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.
6.2. Receitas financeiras	Incluem todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.
6.3. Outras	Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia, etc.
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	E o resultado de receitas menos os custos mais outras receitas.

QUADRO 4: Resultado a Distribuir.

FONTE: adaptada CFC, resolução 1138/08.

O Quadro 4 relata valores considerados como receita ou despesas recebidas em transferência pela entidade, como equivalência patrimonial e receitas financeiras. A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

Receitas financeiras são rendimentos que a pessoa recebe pela cessão a terceiros, do uso de capitais. São considerados receitas financeiras, os juros recebidos, os descontos obtidos, o lucro na operação de reporte e os rendimentos nominais relativos a aplicações financeiras de renda fixa.

O Quadro 5 apresenta como na DVA, segundo a NBC TG 09 (2008), deve ser apresentada de forma detalhada como a riqueza da empresa foi distribuída.

8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	Apresenta a riqueza gerada pela empresa, demonstrando como foi distribuída.
8.1. Pessoal	Valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício.
8.1.1. Remuneração direta	Representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.
8.1.2. Benefícios	Representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria, etc.
8.1.3. F.G.T.S	Representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.
8.2. Impostos, taxas e contribuições	Valores relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, INSS, ICMS, IPI, PIS, COFINS.
8.2.1. Federais	Tributos devidos a união como o IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS e também a contribuição sindical patronal.
8.2.2.. Estaduais	Tributos devidos aos estados, como ICMS e IPVA.
8.2.3. Municipais	Tributos devidos aos municípios, como ISS e o IPTU.

QUADRO 5: Distribuição de riqueza gerada pela empresa.

FONTE: adaptada CFC, resolução 1138/08

A Remuneração direta consiste no total do dinheiro que a pessoa recebe em contrapartida ao seu trabalho, pode ser fixa ou variável. Os benefícios são os valores relativos a transporte, alimentação, assistência médica, etc. É também depositado na conta vinculada ao empregado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Os impostos, taxas e contribuições pagas por uma empresa são divididas em três escalas, os federais devido à união, como o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, os estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e os municipais como o Imposto sobre Serviço de qualquer Natureza - ISS e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Ainda, sobre a distribuição da riqueza, no Quadro 6 são apresentadas as informações que fazem parte de como devem ser apresentadas:

8.3. Remuneração de capitais de terceiros	Valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.
8.3.1. Juros	Incluem as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas.
8.3.2. Aluguéis	Incluem os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.
8.3.3. Outras	Inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.
8.4.1. Juros sobre o capital próprio	Os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício.
8.4.2. Dividendos	Inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período.
8.4.3. Lucros retidos/ Prejuízo do exercício	Incluem os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.
8.4.4. Participação dos não controladores nos lucros retidos (só para consolidação)	

QUADRO 6: Distribuição das riquezas geradas pela empresa, na forma de remuneração de terceiros.

FONTE: adaptada CFC, resolução 1138/08.

O Quadro 6 mostra a segunda parte da distribuição das riquezas geradas pela empresa, na forma de remuneração de terceiros que são valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital. Os juros incluem as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras. Os aluguéis são despesas com arrendamento operacional.

Outras remunerações que configuram transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, como franquia, direitos autorais entre outros. Já a Remuneração de capitais próprios são valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

Os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os juros sobre capital próprio são os lucros retidos e prejuízos do exercício. No caso de prejuízo, esse valor deve ser incluído como sinal negativo.

2.3.2 Recursos Humanos

Ribeiro (2010) relata que no que se refere a recursos humanos, o balanço social pode conter informações muito importantes para que se possa conhecer a capacidade que a empresa tem de absorver a mão de obra. Na forma mais tradicional, essas informações serviriam para demonstrar o empenho da organização em maximizar sua produtividade, ao elevar a mão de obra de empregados assalariados.

Para o Conselho Federal de Contabilidade através da NBC T 15 (2004, p. 4), o item 15.2.2 Recursos Humanos devem constar todos os dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, passivos trabalhistas, contingências e também o corpo funcional da empresa.

A remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar, remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos, relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores, gastos com encargos sociais, gastos com alimentação, gastos com transporte, gastos com previdência privada, gastos com saúde, gastos com segurança e medicina do trabalho, gastos com educação (excluídos os de educação ambiental), gastos com cultura, gastos com capacitação e desenvolvimento profissional, m) gastos com creches ou auxílios-creche, n) participações nos lucros ou resultados.

As informações de natureza social e ambiental, referentes a recursos humanos devem ser apresentados todos os dados de forma detalhada, conforme a (CFC NBC T 15, 2004, p. 4 e 5):

Na composição dos recursos humanos da empresa devem ser evidenciadas de forma detalhada todas as informações, como, total de empregados no final do exercício, total de admissões, total de demissões, total de estagiários no final do exercício, total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício, total de prestadores de serviços no final do exercício, total de empregados por sexo, total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, e acima de 60 anos, total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino

médio, com ensino técnico, com ensino superior e pós-graduado, percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

As informações referentes a todas as ações movidas por funcionários contra a empresa devem ser expressas de forma detalhada, obtendo “número de processos trabalhistas movidos contra a entidade, número de processos trabalhistas julgados procedentes, número de processos trabalhistas julgados improcedentes, valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça” (CFC, NBC T15 2004, p. 6).

2.3.3 Interação da Entidade com o Ambiente Externo

Com relação à interação da entidade com o ambiente externo, Ribeiro (2010, p.23), relata:

Atualmente, é expressivo o número de empresas que realizam ações em benefícios da comunidade em geral, como os casos de patrocínios de equipes esportivas, de eventos culturais, implantação e ou manutenção de escolas e hospitais. Estas são algumas ações sociais realizadas para a sociedade, independente dos efeitos tributários que pode gerar. O fato e que deve ser ressaltado é o benefício proporcionado à população.

No item 15.2.3 do CFC, NBC T 15 (2004, p. 6 a 7) todas as informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente externo a qual esta inserida, a mesma deve evidenciar de forma clara, dados relativos sobre o relacionamento com a comunidade, clientes e fornecedores da seguinte maneira.

Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em: a) educação, exceto a de caráter ambiental, b) cultura, c) saúde e saneamento, d) esporte e lazer, não considerado os patrocínios com finalidade publicitária, d) alimentação.

As informações relativas à interação com os clientes devem ser evidenciadas: a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade, b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor, c) número de reclamações recebidas por meio da justiça, d) número de reclamações atendidas em cada instância arrolada, e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça, f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

-Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

2.3.4 Interação com o Meio Ambiente

Ribeiro (2010) escreve que os recursos naturais, quando retirados da natureza, a entidade esta utilizando do patrimônio da humanidade e quando tais recursos, não utilizados

corretamente, são devolvidos de forma deteriorada, afetando o patrimônio natural, tornando cada vez mais a água potável precária, mudando a qualidade do ar e fazendo a terra improdutiva e inabitável, ao longo do tempo a qualidade de vida das gerações futuras estará em risco.

Sendo pressionadas por diversos meios as empresas estão tendo que se adequar a novos meios de produção, com a intenção de reduzir as agressões ao meio ambiente. Essas pressões causam alguns fatos e atitudes como, as legislações que tratam da obrigatoriedade de se armazenar corretamente os resíduos tóxicos, os produtos biodegradáveis que exigem estudos de tecnologias não agressivas ao meio ambiente, exigências de tratamento dos resíduos antes do lançamento no meio ambiente, sanções penais aos administradores e proprietários de empresas e investimentos adicionais como pesquisa, desenvolvimentos e insumos (RIBEIRO, 2010).

A elaboração de documentos relacionados ao meio ambiente serve para orientar o público externo quanto à postura da empresa, em outra situação serve para orientar sobre tais riscos de descontinuidade e desconsideração dos aspectos ambientais levando ao desinteresse dos investidores (RIBEIRO, 2010).

Todas as informações que devem ser divulgadas segundo a resolução 1003 relativa à interação com o meio ambiente são, investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente com preservação e recuperação, educação ambiental para empregados em geral, educação ambiental para a comunidade, projetos ambientais, processos ambientais contra a entidade, multas e indenizações relativa a matéria ambiental.

2.4 Balanço Social

Para o Ibase (2003), o Balanço Social no Brasil iniciou através de uma discussão nos anos 70, surgindo os primeiros balanços somente nos anos 80, mas só ganhou força a partir dos anos 90, quando o sociólogo Herbert de Souza lançou uma campanha de divulgação voluntária do balanço social, tendo o apoio de várias empresas. Tendo em vista o grande sucesso da campanha, desde então se podem obter vários debates, seminários e fóruns sobre o assunto.

De acordo com o CFC (2004, p. 3)

A norma NBC T 15. Decretada pelo CFC, estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Entende-se por informações de natureza social e ambiental: a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo, a interação com o meio ambiente.

O CFC (2004) dispõe sobre as informações de natureza social e ambiental, onde estabelece as normas para a publicação de um balanço social, tornando público às informações de determinada empresa.

Para Tinoco (1993, p. 3) O Balanço Social tem sua origem da contabilidade empresarial onde é regida pela lei das sociedades por ações, lei nº 6404/76.

O Balanço Social tem sua origem na contabilidade das empresas. Como sabemos, é normalmente através da contabilidade que as entidades divulgam aos seus diferenciados usuários o seu desempenho econômico e financeiro. No Brasil, as informações que devem ser evidenciadas foram estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, especificamente em seu Artigo nº 176.

Balanço Social é uma ferramenta utilizada pela empresa para mostrar a todos os usuários, internos e externos, tudo o que ela faz socialmente para seus colaboradores, sociedade e o meio ambiente, conforme relata o (IBASE, 2003, p. 1):

O Balanço Social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e a comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social e corporativa.

Afirma Tinoco (1993), que o Balanço Social é um instrumento de gestão, onde tem uma maior transparência de todas as atividades econômicas e sociais de uma entidade.

Segundo Iudícibus (2000, *apud* PINTO e RIBEIRO, 2004), o Balanço Social é um instrumento muito utilizado pelas empresas, visando mostrar para sociedade de forma clara, como ela usufrui e convive com o meio ambiente e seus recursos naturais.

Para Ribeiro e Lisboa (1999, p. 1 *apud* DA CUNHA e RIBEIRO, 2007, p. 4):

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

O Balanço Social é muito confundido hoje em dia por seus usuários, como apenas um relatório que mostra questões de recursos humanos, portanto, o Balanço Social abrange

muito mais que um relatório, representa as várias atividades sociais e econômicas que a empresa faz, afirma (TINOCO e MORAES, 2008).

De acordo com os conceitos expostos, o Balanço Social não é apenas um demonstrativo comum, mas sim ele busca demonstrar de forma clara o que a empresa faz para seus subordinados e para a população em geral.

De acordo com Iudícibus (2000, p. 31. *apud* PINTO e RIBEIRO, 2004, p. 24 e 25).

O Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. Possui quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral.

Segundo o Ibase (2003), o Balanço Social causa uma boa imagem para empresa, sendo mais valorizada pelos investidores e consumidores, diminuindo os riscos de qualquer entidade, tendo em vista que no mundo em que vivemos as informações circulam muito rápido, mas a empresa mantendo um bom comportamento ético pode se tornar uma ferramenta de gestão muito importante nos dias de hoje.

O Balanço Social tem grande influência nas atividades das empresas, expondo seus objetivos para todos, construindo maior proximidade entre os usuários, tanto internos como externos, melhorando também na tomada de decisão (IBASE, 2003, p. 1).

De acordo com os conceitos expostos o balanço social é um demonstrativo contábil, que através de um relatório fornece informações do tipo contábil social e ambiental, evidenciando a política da empresa com foco na qualidade de vida dos colaboradores, postura e relevância da empresa diante do meio em que esta inserida, tornando o dialogo com quais as entidades se relacionam, como vizinhança, fornecedores, funcionários, acionistas, entre outros mais amplos.

Estrutura do Balanço Social
Geração e Distribuição de Riqueza
DVA
Recursos Humanos
Remuneração Empregados Administradores Terceirizados Autônomos Maior e Menor remuneração (Empregados e Administradores) Benefícios Encargos Sociais Alimentação Transporte Previdência privada Saúde Segurança e medicina do trabalho Educação Cultura Capacitação e desenvolvimento profissional Creches e auxílio-creches Participação nos lucros e resultados Corpo Funcional Total de empregados no final do exercício Admissões Demissões Estagiários Empregados portadores de necessidades especiais Prestadores de serviços terceirizados Empregados por sexo Empregados por faixa etária Empregados por nível de escolaridade Percentual de ocupantes no cargo de chefia Contingências e passivos Trabalhistas Processos trabalhistas movido contra entidade Processos trabalhistas julgados procedentes Processos trabalhistas julgados improcedentes Indenizações e multas pagas por determinação da justiça
Interação da entidade com o meio ambiente externo
Relacionamento com a comunidade Educação Cultura Saúde e saneamento Esporte e lazer Alimentação Interação com os clientes Reclamações diretamente na entidade Reclamações por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor Reclamações por meio da justiça Números de reclamações atendidas Multas e indenizações a clientes determinada por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações Interação com fornecedores Critérios de responsabilidade social para seleção de seus fornecedores
Interação com o meio ambiente
Investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente Investimento e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados Investimentos e gastos com educação ambiental Empregados terceirizados Autônomos Administradores Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade Investimentos e gastos com outros projetos ambientais Processos ambientais, administrativos e judiciais contra a entidade Multas e indenizações relativas a matéria ambiental Passivos e contingências ambientais

QUADRO 7: Plano de contas conforme a NBC T 15

FONTE: Adaptado da NBC T 15

2.4.1 Beneficiários do Balanço Social

Segundo Tinoco (2008, p. 4).

O Balanço Social dirige-se a numerosos usuários, porém dentro destes alguns se destacam, assim por ordem tem-se: Os grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa são os trabalhadores; Os grupos que se relacionam com a empresa e que são os clientes, pois de sua confiança vive a empresa; Os acionistas que aportam recursos a empresas; Os sindicatos dos trabalhadores; As instituições financeiras, fornecedores e credores; As autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado; A comunidade local; Os pesquisadores, professores, todos aqueles formadores de opinião.

O Balanço Social fornece informações a todos os grupos que se relacionam com a empresa. Aos diretores ajuda na tomada de decisão, aos funcionários estimulam na participação de escolhas das ações e projetos sociais, tornando mais alto o nível de comunicação interna (IBASE, 2003).

É através desse relatório que os empregados constatarem políticas de investimento da empresa no corpo funcional; os fornecedores e investidores constatarem o tipo de administração, se é aquela voltada para o bem estar social e qualidade de vida, valorização dos valores humanos dos empregados; os gestores utilizam o Balanço Social como subsídio para tomada de decisão sobre investimentos sociais em alguma área necessitada.

O Balanço Social favorece as empresas, nos negócios com fornecedores e investidores, porque o balanço social mostra informações importantes na hora de tomar uma decisão. Aos fornecedores e investidores torna mais fácil ver como a empresa é administrada, proporcionando uma melhor decisão, para os consumidores dá uma visão da qualidade do produto e da postura dos gestores, demonstrando qual é o verdadeiro objetivo da empresa, (TINOCO, 2008).

Portanto, o Balanço Social, na qualidade de ferramenta gerencial fornece à empresa informações valiosas para a tomada de decisão e adoção de estratégias.

2.4.2 Demonstração do Valor Adicionado no Balanço Social

Para Tinoco (1993), o valor adicionado demonstra como é distribuída toda a riqueza da empresa, por outro lado também deixa claro o quanto o fisco esta se apropriando dessa riqueza, já que no Brasil a carga tributária é muito alta.

Destaca Tinoco (2001, p.64 *apud* MORAES e TINOCO, 2008, p.8):

Uma das formas que ampliam a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações, é através do valor econômico que é agregado aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor este, denominado valor adicionado ou valor agregado (valor total da produção de bens e serviços de um determinado período, menos o custo dos recursos adquirido de terceiros, a esta produção), bem como a forma pela qual este está sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais, que interagem com suas atividades.

Segundo Santos (1999, *apud* PINTO e RIBEIRO, 2004), a DVA é um componente do balanço social que ajuda a contabilidade na medição, demonstra a capacidade de geração de riqueza da empresa e também como é a distribuição.

Para Santos (1999, p.98. *apud* PINTO e RIBEIRO, p.13).

A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais eficaz criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição de riqueza de uma entidade.

Segundo Iudicibus (2000, *apud* PINTO e RIBEIRO, 2004) a DVA tem como objetivo mostrar a riqueza gerada pela empresa e como ela foi distribuída. De acordo com a lei 6404/76 alterada pela lei 11638/07, em seu artigo 176, expressa que as empresas de capital aberto obrigatoriamente terão que apresentar a DVA e em seu art.188, II, diz que na mesma deverá constar o valor da riqueza gerada pela empresa, sua distribuição e outros elementos que geram riqueza.

Segundo o CPC 09 (2008), a DVA deve ser apresentada pela empresa como parte de suas demonstrações contábeis no final de seu exercício social, proporcionado aos usuários das demonstrações contábeis dados relativos sobre a riqueza criada pela empresa e a forma como essa riqueza foi distribuída.

De acordo com o CFC (2004) sobre as informações de natureza social e ambiental, quando elaborada a demonstração deve conter todos os dados, extraídos ou não da contabilidade, ainda deve ser demonstrada como uma informação complementar das demonstrações contábeis, podendo ser vista como informações de comparação do exercício atual com o anterior.

O CFC (2004, p, 03 e p, 08) relata.

Informações a serem divulgadas, geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo, interação com o meio ambiente, a empresa pode acrescentar quaisquer outras informações que julgar necessária.

O Conselho Federal de Contabilidade trás um conjunto de informações que devem ser evidenciadas pelas entidades, com a finalidade de reunir em um relatório todas as informações expressa pela empresa.

3. METODOLOGIA

No presente tópico serão abordados aspectos relativos às tipologias de pesquisa, quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema, seguidos de explicações acerca da metodologia usada na pesquisa, bem como a explicação do objeto de estudo.

3.1 Tipologias de Pesquisa quanto aos Objetivos

Para Beuren (2004) ante da necessidade de dar início a uma pesquisa, quanto aos objetivos, o estudante pode enquadrar seu trabalho monográfico, como uma pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa. A seguir as definições de cada uma delas serão explicadas.

3.1.1 Pesquisa Exploratória

Beuren (2004) escreve que a pesquisa exploratória ocorre geralmente quando se tem pouco conhecimento sobre o assunto a ser abordado. Para Gil (2010), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior intimidade com o problema, tornando mais explícito e construindo hipóteses. A coleta de dados pode ser feita através de levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas profissionais da área de estudo, análise de exemplos para melhor entendimento.

3.1.2 Pesquisa Descritiva

Gil (2010) comenta que a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população. Sendo também com alvo de identificar a existência de prováveis semelhanças entre variáveis. Algumas pesquisas descritivas vai muito além de somente identificar a existência de relação de variáveis. Beuren (2004) destaca que a pesquisa descritiva pode atuar como um estudo intermediário entre dois tipos de pesquisas: a exploratória e a explicativa, descrevendo aspectos ou conduta de determinada população avaliada, ou seja, descrever, identificar, relatar, confrontar.

3.1.3 Pesquisa Explicativa

Gil (2010) relata que a pesquisa explicativa tem a finalidade de identificar ações que contribuem para ocorrência de fenômenos. Esta tipologia de pesquisa vai mais a fundo na

realidade do estudo, explicando o porquê e a razão dos fatos, tornando esse tipo de pesquisa mais complexa, podendo existir freqüentemente erros. Na visão de Beuren (2004) as pesquisas explicativas associam estudos que se aprofundam nas necessidades de esclarecer os determinantes no acontecimento dos fenômenos. Com relação às ciências naturais, utiliza-se na maioria das vezes o método experimental. Quanto às ciências sociais já não é muito utilizada à pesquisa explicativa, recorrendo a outros métodos.

3.2 Tipologias de Pesquisas quanto aos Procedimentos

Neste tópico as tipologias quanto aos procedimentos são destacadas, como sendo “o estudo de caso, a pesquisa de levantamento, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa participante e a pesquisa experimental” (BEUREN, 2004. p. 84). A seguir, são explicados cada um dos procedimentos.

3.2.1 Estudo de Caso

Beuren (2004, p. 84) caracteriza o estudo de caso como sendo, principalmente, “estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”. Gil (2010, p. 37) relata o estudo de caso de forma que o mesmo é mais utilizado nas “ciências biomédicas e sociais, consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

3.2.2 Levantamento

Gil (2010, p. 35) relata sobre a pesquisa do tipo levantamento como sendo caracterizada “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados. Beuren (2010, p. 85) complementa escrevendo que “Quando o levantamento coleta informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo, pelas dificuldades materiais que envolvem sua realização, os censos geralmente são desenvolvidos pelos governos ou instituições de amplos recursos.

3.2.3 Pesquisa Bibliográfica

Segundo Cervo e Bervian (1983,p.55 *apud* BEUREN, 2004) definem a pesquisa bibliográfica como a que:

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documento. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Gil (2010) escreve que a pesquisa bibliográfica é feita com base em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Envolve todo material que já foi tornado publico em relação ao tema estudado, podendo ser jornais, livros, pesquisas, monografias, dissertações, entre outros.

3.2.4 Pesquisa Experimental

Sobre pesquisa experimental Gil (2010, p. 32) destaca:

A pesquisa experimental constitui o delineamento mais protegido nos meios científicos. Consiste essencialmente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo.

A pesquisa experimental e a de campo, segundo Beuren (2004, p. 88) são muito distintas:

A experimentação de laboratório e a de campo constituem experimentos bastante distintos, principalmente em relação às diferentes situações que se apresentam e às diferentes influencias que recebem. Na pesquisa de laboratório, o pesquisador cria um cenário desejado, no qual controla ou manipula as variáveis independentes (causa) e dependentes (efeito). Apesar da pesquisa de campo ter como característica a manipulação de uma ou mais variáveis, corresponde a um tipo de experimento completamente diferente do experimento de laboratório.

Na pesquisa experimental o pesquisador forma um ambiente em qual ele possa trabalhar no qual ele controla manipulando todas as variáveis.

3.2.5 Pesquisa Documental

A pesquisa documental integra também, como muitas outras pesquisas que pode ser utilizadas em um mesmo estudo. Podendo também ser caracterizada com um procedimento para a mesma, sua importância é relevada no andamento da organização dos dados que se deparam espalhados, atribuindo-lhe uma nova fonte de consulta (BEUREN, 2004).

A pesquisa documental é usada em quase todas as áreas das ciências sociais e constitui em um dos procedimentos mais relevantes da história e na economia. “A pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc” (GIL, 2010, p. 30).

3.2.6 Pesquisa Participante

Para definir pesquisa participante Gil (2010, p. 43) escreve que:

Trata-se, portanto, de um modelo de pesquisa que difere dos tradicionais porque a população não é considerada passiva e seu planejamento e condução não ficam a cargo de pesquisadores profissionais. A seleção dos problemas a serem estudados não emerge da simples decisão dos pesquisadores, mas da própria população envolvida, que os discute com os especialistas apropriados.

Para a pesquisa participante, é de fundamental importância a participação das pessoas envolvidas, “pois quanto maior a participação de todos maior a interação entre pesquisador e membros da investigação, contribuindo para o alcance de um resultado mais consistente a partir do estudo” (BEUREN, 2004, p. 90).

3.3. Tipologia da Pesquisa quanto à Abordagem do Problema

Segundo Beuren (2004) as tipologias de pesquisas quanto ao problema, podem ser a qualitativa e a quantitativa. A pesquisa qualitativa idealiza análises mais densas em relação ao fenômeno que está sendo analisado. A pesquisa quantitativa se caracteriza pela abordagem através de métodos estatísticos, sendo utilizados tanto na coleta de dados como na análise desses dados. Considera também que tudo pode ser quantificável, o entende-se que traduz opiniões em números e informações para classificá-los e analisá-los.

3.4. Classificação desta Pesquisa

A pesquisa é classificada como bibliográfica quanto ao referencial teórico utilizado, conforme afirma Gil (2010) que a pesquisa bibliográfica é feita com base em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Envolve todo material que já foi tornado público em relação ao tema estudado, podendo ser jornais, livros, pesquisas, monografias, dissertações, entre outros.

Quanto aos procedimentos, o estudo é caracterizado como pesquisa documental, pois como afirma Gil (2010) a pesquisa documental vale-se de todo documento adquirido pelo autor, como

relatórios, periódicos etc. no caso deste estudo fez-se uso de relatórios de sustentabilidade, relatórios da administração, balanço sociais e notas explicativas.

Caracteriza-se a pesquisa em quantitativa, com relação à abordagem do problema. Segundo Beuren (2004) a pesquisa quantitativa se caracteriza pela abordagem através de métodos estatísticos, neste caso para o estudo foi usado métodos estatísticos descritivos.

3.5 Objeto de estudo

Nesta seção da pesquisa, os aspectos que dizem respeito à definição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) serão apresentados, assim como a seleção da amostra, como a pesquisa foi construída e os procedimentos estatísticos que serão utilizados.

3.5.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial

Iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas responsáveis e sustentáveis para aplicar seus recursos. Estas aplicações denominadas “investimentos socialmente responsáveis”, consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais, devido à sua estrutura voltada para o desenvolvimento sustentável. A procura por esse tipo de investimento veio se fortalecendo ao longo do tempo e hoje é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional (BM&BOVESPA, 2013).

No Brasil, os investimentos socialmente responsáveis tiveram início em 2001, quando o Unibanco lançou o primeiro serviço de pesquisa para fundos verdes. Em meio à criação de diversos investimentos socialmente responsáveis, a BM&FBOVESPA, em conjunto com outras instituições como: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); *International Finance Corporation* (IFC); e, Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e Ministério do Meio Ambiente, decidiram unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial (BM&BOVESPA, 2013).

O ISE é um instrumento utilizado para identificar e classificar as empresas que melhor publicam suas informações de natureza econômicas, social e ambiental, analisando vários aspectos.

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade,

diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. Assim a BM&FBOVESPA em conjunto com várias instituições formou um Conselho Deliberativo presidido por ela, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento do ISE. O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, é o responsável técnico pelo desenvolvimento e aprimoramento da metodologia do ISE e pela coordenação e condução do processo de análise das empresas para revisão anual do índice.

3.5.2 Seleção e Amostra

A pesquisa composta de empresas que foram listadas pela BM&FBOVESPA, que fazem parte de uma relação publicada que contemplam o ISE, totalizando 30 empresas no ano de 2009; 34 em 2010; 38 em 2011; e 38 em 2012, conforme apresentadas no Quadro 08:

ANO	2009	2010	2011	2012
EMPRESAS LISTADAS	AES Tietê	AES Tietê	AES Tiete	AES Tietê
	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil	Banco do Brasil
	Bradesco	Bradesco	Bradesco	Bradesco
	Braskem	Braskem	Braskem	Braskem
	Cemig	Cemig	Cemig	Cemig
	Cesp	Cesp	Cesp	Cesp
	Coelce	Coelce	Coelce	Coelce
	CPFL Energia	CPFL Energia	CPFL Energia	CPFL Energia
	Duratex	Duratex	Duratex	Duratex
	Eletrobras	Eletrobras	Eletrobras	Eletrobras
	Eletropaulo	Eletropaulo	Eletropaulo	Eletropaulo
	Embraer	Embraer	Embraer	Embraer
	Energias Br	Energias Br	Energias Br	Energias Br
	Gerdau	Gerdau	Gerdau	Gerdau
	Gerdau Met	Gerdau Met	Gerdau Met	Gerdau Met
	Light	Light	Light	Light
	Natura	Natura	Natura	Natura
	Itau SA	Itau SA	Itau SA	Itau SA
	Itau Unibanco	Itau Unibanco	Itau Unibanco	Itau Unibanco
	Sabesp	Sabesp	Sabesp	Sabesp
	Suzano	Suzano	Suzano	Suzano
	Tractebel	Tractebel	Tractebel	Tractebel
	Telemar	Telemar	Telemar	Telemar
	Tim	Tim	Tim	Tim
	Dasa	Even	Even	Even
	Celesc	Fibria	Fibria	Fibria
	Odontoprev	Sul América	Sul América	Sul América
	Perdigão	Copel	Copel	Copel
	Sadia	Redecard	Redecard	Redecard
	VCP	BRF Foods	BRF Brasil Foods	BRF
		Vivo	VIVO	Santander
		Dasa	Inds Romi	Anhanguera
		Inds Romi	Santander	Bicbanco
	Usiminas	Anhanguera	Copasa	
		Bicbanco	Ultrapar	
		Copasa	Vale	
		Ultrapar	CCR	
		Vale	Ecoro do vias	

QUADRO 8 – Empresas listadas no ISE nos anos de 2009 a 2012

FONTE: elaborado pelo autor

Das empresas listadas no Quadro 08, foram selecionadas as que constam na lista, divulgada pela BM&FBOVESPA de 2009 a 2012, classificando apenas as que aparecem nos 4 anos consecutivamente. Esse critério foi adotado para determinação do estudo, onde serão analisadas essas empresas, pois as mesmas foram escolhidas por estarem mais próximas de cumprirem as regras estabelecidas pela NBC T 15, sobre informações de natureza social e ambiental. Após esta

seleção, o número de empresas que farão parte da pesquisa passou a ser 24 (vinte e quatro). No Quadro 09, as mesmas estão relacionadas em 2 colunas e em ordem alfabética.

NOME DAS EMPRESAS SELECIONADAS	
AES Tietê	Energias Br
Banco do Brasil	Gerdau
Bradesco	Gerdau Met
Braskem	Itau SA
Cemig	Itau Unibanco
Cesp	Light
Coelce	Natura
CPFL Energia	Sabesp
Duratex	Suzano
Eletrobras	Telemar
Eletropaulo	Tim
Embraer	Tractebel

QUADRO 9 – Empresas Seleccionadas

FONTE: elaborado pelo autor

3.5.3 Construção da pesquisa e coleta de dados

Para conseguir as informações de natureza social e ambiental, foram verificados, balanços sociais, relatórios de administração e relatório de sustentabilidade das empresas analisadas referente ao exercício de 2012, buscando observar as informações divulgadas pelas as empresas analisadas se as mesmas estão conforme as determinações da NBC T 15. Para calculo dos dados foi elaborado um exemplo de pesquisa a partir das deliberações estabelecidos na NBC T 15.

Dimensão da Divulgação	Itens de Divulgação
I. Geração e Distribuição de Riqueza	DVA - Demonstração do Valor Adicionado
II. Recursos Humanos	<p>Remuneração</p> <ul style="list-style-type: none"> Empregados Administradores Terceirizados Autônomos Maior e Menor remuneração (Empregados e Administradores) <p>Benefícios</p> <ul style="list-style-type: none"> Encargos Sociais Alimentação Transporte Previdência privada Saúde Segurança e medicina do trabalho Educação Cultura Capacitação e desenvolvimento profissional Creches e auxílio-creches Participação nos lucros e resultados <p>Corpo Funcional</p> <ul style="list-style-type: none"> Total de empregados no final do exercício Admissões Demissões Estagiários Empregados portadores de necessidades especiais Prestadores de serviços terceirizados Empregados por sexo Empregados por faixa etária Empregados por nível de escolaridade Percentual de ocupantes no cargo de chefia <p>Contingências e passivos Trabalhistas</p> <ul style="list-style-type: none"> Processos trabalhistas movido contra entidade Processos trabalhistas julgados procedentes Processos trabalhistas julgados improcedentes Indenizações e multas pagas por determinação da justiça
III. Interação da entidade com o meio ambiente externo	<p>Relacionamento com a comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Educação Cultura Saúde e saneamento Esporte e lazer Alimentação <p>Interação com os clientes</p> <ul style="list-style-type: none"> Reclamações diretamente na entidade Reclamações por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor Reclamações por meio da justiça Numero de reclamações atendidas Multas e indenizações a clientes determinada por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça <p>Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações</p> <p>Interação com fornecedores</p> <ul style="list-style-type: none"> Critérios de responsabilidade social para seleção de seus fornecedores
IV. Interação com o meio ambiente	<p>Investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente</p> <p>Investimento e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados</p> <p>Investimentos e gastos com educação ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> Empregados Terceirizados Autônomo Administradores <p>Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade</p> <p>Investimentos e gastos com outros projetos ambientais</p> <p>Processos ambientais, administrativos e judiciais contra a entidade</p> <p>Multas e indenizações relativas a matéria ambiental</p> <p>Passivos e contingências ambientais</p>

QUADRO 10: Itens de divulgação

FONTE: adaptada resolução CFC nº 1.003/04

De acordo com as informações de naturezas sociais e ambientais apresentadas pelas as empresas e que serão objeto de pesquisa, foi categorizada as informações em IC informação completa e I.I informação incompleta, conforme apresentado no Quadro 11 abaixo.

Categoria / Situação	Significado
Informação Completa (IC)	A informação se encontra completa no balanço social e no relatório de sustentabilidade e no relatório da administração.
Informação Incompleta (II)	A informação se encontra incompleta no balanço social e no relatório de sustentabilidade e no relatório da administração.

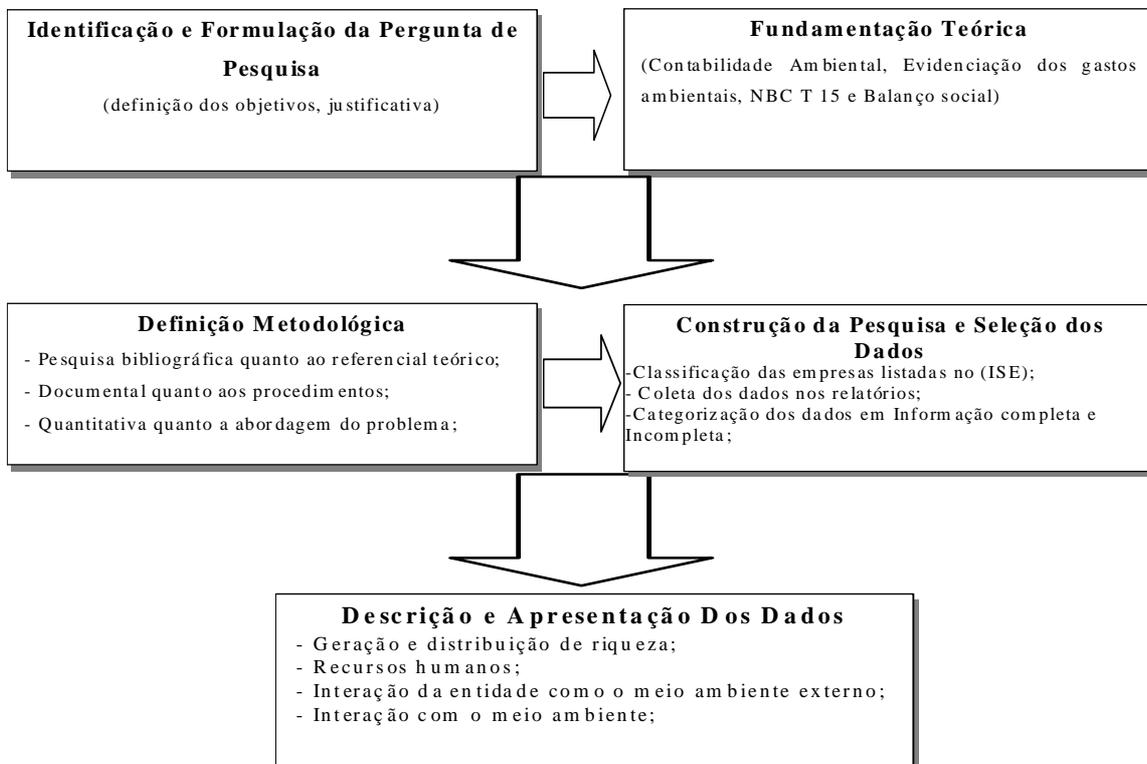
QUADRO 11: Categorização das Informações

FONTE: Adaptado de Krespi, Utzig, Dalladona e Scarpin (2012)

3.5.4 Procedimentos estatísticos

Para a análise dos resultados do trabalho de graduação, serão utilizados métodos estatísticos, como estatística descritiva, descrevendo os dados coletados das publicações disponibilizadas pelas empresas. Segundo Correa (2003) a estatística descritiva e amostragem buscam coletar, organizar, apresentar, analisar e sintetizar os dados de uma amostra ou de uma população de informações.

3.5.5 Desenho da Pesquisa



4. DESCRIÇÃO DOS DADOS

Para verificar o cumprimento da norma NBC T 15 pelas empresas na divulgação das informações de natureza social e ambiental, no qual foram eleitas pela BM&FBOVESPA, na qual compõe o índice de sustentabilidade empresarial – ISE e assim analisar as divulgações na qual a norma exige. Os itens elaborados no Quadro 10 que são os exigidos pela norma, foram divididos em quatro dimensões: geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação da entidade com o meio ambiente externo e interação com o meio ambiente, para cada dimensão apresenta-se itens de divulgação.

4.1 Evidenciações da dimensão I – Geração e Distribuição de Riqueza

Inicialmente apresenta-se estatística de cada item da dimensão I que se refere à geração e distribuição de riqueza, verificando as empresas analisadas que divulgaram a Demonstração do Valor Adicionado.

Tabela 1 – Geração e Distribuição de Riqueza

Itens de Divulgação - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Demonstração do Valor Adicionado	24	100,00%	0	0,00%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

Na Tabela 1, está apresentado que das 24 empresas analisadas, todas elas estão em conformidade com a NBC T 15, contendo informações completas sobre Demonstração do Valor Adicionado, ou seja, uma porcentagem de 100%.

4.2 Evidenciações da dimensão II – Recursos Humanos

Acerca da divulgação relativa a Recursos Humanos, a seguir são apresentados os resultados encontrados, relativos à: remuneração; benefícios; corpo funcional; e contingência e passivos trabalhistas.

Tabela 2 - Remuneração

Itens de Divulgação - REMUNERAÇÃO	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Empregados	24	100,00%	0	0,00%	24
Administradores	22	91,67%	2	8,33%	24
Terceirizados	6	25,00%	18	75,00%	24
Autônomos	2	8,33%	22	91,67%	24
Maior e Menor remuneração (Empregados e Administradores)	21	87,50%	3	12,50%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

Conforme Tabela 2, verifica-se que as empresas analisadas estão de acordo com a NBC T 15, com relação ao item remuneração. Foi publicada pelas 24 empresas nos relatórios

analisados a remuneração dos empregados em sua totalidade, tem índice de 100% de informações apresentadas. Já as remunerações dos administradores aparecem com apenas 91,67% das empresas, sendo que 8,33% estão incompletas. As remunerações de terceirizados e autônomos estão com a menor porcentagem, 25% e 8,33%, respectivamente. No que se refere a maior e a menor remuneração dos empregados e administradores encontramos um bom resultado onde 21 empresa demonstra a informação e apenas 3 não fazem esse processo.

Tabela 3 – Benefícios

Itens de Divulgação - BENEFÍCIOS	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Encargos Sociais	21	87,50%	3	12,50%	24
Alimentação	20	83,33%	4	16,67%	24
Transporte	17	70,83%	7	29,17%	24
Previdência privada	23	95,83%	1	4,17%	24
Saúde	24	100,00%	0	0,00%	24
Segurança e medicina do trabalho	23	95,83%	1	4,17%	24
Educação	24	100,00%	0	0,00%	24
Cultura	18	75,00%	6	25,00%	24
Capacitação e desenvolvimento profissional	24	100,00%	0	0,00%	24
Creches e auxílio-creches	19	79,17%	5	20,83%	24
Participação nos lucros e resultados	19	79,17%	5	20,83%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

Percebe-se na Tabela 3, item benefícios, um percentual baixo de informações incompletas. Como podemos observar em relação aos encargos sociais 87,50% das empresas apresentaram a informação completa, assim como 83,33% as de alimentação, 70,83% as de transporte, 95,83% as de previdência privada.

As informações de saúde foram completas atingindo o percentual de 100%, assim como de capacitação e desenvolvimento profissional, educação. Em segurança e medicina do trabalho foram 95,83%.

No quesito cultura 75% das informações referente a este benefício foram apresentadas, dos benefícios em creche e auxílio-creche foram um índice 79,17%, igualmente as informações de participação nos lucros e resultados, compondo assim o percentual de empresas analisadas que estão em conformidade com a NBC T 15.

Tabela 4 – Corpo Funcional

Itens de Divulgação - CORPO FUNCIONAL	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Total de empregados no final do exercício	21	87,50%	3	12,50%	24
Admissões	22	91,67%	2	8,33%	24
Demissões	15	62,50%	9	37,50%	24
Estagiários	22	91,67%	2	8,33%	24
Empregados portadores de necessidades especiais	22	91,67%	2	8,33%	24
Prestadores de serviços terceirizados	21	87,50%	3	12,50%	24
Empregados por sexo	23	95,83%	1	4,17%	24
Empregados por faixa etária	23	95,83%	1	4,17%	24
Empregados por nível de escolaridade	13	54,17%	11	45,83%	24
Percentual de ocupantes no cargo de chefia	23	95,83%	1	4,17%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

Na Tabela 4 informações relativas ao corpo funcional, apresentaram um bom nível de informações, 87,5% para número total de funcionários no final do período. Sendo 91,67% admissões, 62,50% demissões.

No quesito estagiário e empregados portadores de necessidades especiais totalizou 91,67% respectivamente. Como podemos observar as prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15 estão em conformidade às informações de prestadores de serviços terceirizados sendo 87,50% e as de empregados por sexo 95,83%.

As informações de faixa etária que estão em conformidade totalizam 95,83%, sendo também 54,17% as de nível de escolaridade, 95,83% as de percentual de ocupantes no cargo de chefia. Concluindo esse item corpo funcional podemos ver que mesmo com informações importantes como essas têm um bom resultado, as maiorias das empresas estão com uma visão melhor sobre aspectos estabelecidos pela NBC T 15.

Tabela 5 – Contingência e Passivos Trabalhistas

Itens de Divulgação - CONTINGÊNCIA E PASSIVOS TRABALHISTAS	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Processos trabalhistas movido contra entidade	9	37,50%	15	62,50%	24
Processos trabalhistas julgados procedentes	5	20,83%	19	79,17%	24
Processos trabalhistas julgados improcedentes	4	16,67%	20	83,33%	24
Indenizações e multas pagas por determinação da justiça	6	25,00%	18	75,00%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

Com relação às contingências e passivos trabalhistas, sendo que há uma grande quantidade de empresas que não publicam informações como os processos trabalhistas contra a entidade totalizando 62,50%, assim como os processos trabalhistas julgados procedentes 79,17%, as de processos julgados improcedentes 83,33%, multas e indenizações pagas por determinação da justiça 75%, percentuais esses de informações incompletas. Totalizando o percentual de informações completas foi muito baixo não ultrapassou os 37,50%.

4.3 Evidenciações da dimensão III – Interação da Entidade Com o Meio Ambiente

Externo

Com relação à Interação da Entidade com o Meio Ambiente Externo, serão apresentados os percentuais referentes ao relacionamento com a comunidade, com os clientes e fornecedores.

Tabela 6 – Relacionamento com a Comunidade

Itens de Divulgação - RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Educação	23	95,83%	1	4,17%	24
Cultura	23	95,83%	1	4,17%	24
Saúde e saneamento	19	79,17%	5	20,83%	24
Esporte e lazer	18	75,00%	6	25,00%	24
Alimentação	15	62,50%	9	37,50%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

No quesito, interação da entidade com o meio ambiente externo, em que envolve as informações divulgadas com relação ao item relacionamento com a comunidade, as informações analisadas têm uma grande porcentagem com relação à educação e cultura totalizando 95,83%, sendo assim saúde e saneamento com 79,17%, e esporte e lazer e alimentação respectivamente 75%, 62,50% para informações que estão conforme a NBC T 15 estabelece.

Em sua totalidade a Tabela 6 tem uma porcentagem baixa de informações incompletas, sendo que os itens que teve maior percentual de empresas que não divulgaram foram saúde e saneamento, esporte e lazer e alimentação.

Tabela 7 – Interação Com Os Clientes

Itens de Divulgação - INTERAÇÃO COM OS CLIENTES	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Reclamações diretamente na entidade	12	50,00%	12	50,00%	24
Reclamações por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor	12	50,00%	12	50,00%	24
Reclamações por meio da justiça	14	58,33%	10	41,67%	24
Números de reclamações atendidas	12	50,00%	12	50,00%	24
Multas e indenizações a clientes determinada por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela justiça	4	16,67%	20	83,33%	24
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações	5	20,83%	19	79,17%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

A interação com os clientes foi analisada e no que se referem a informações incompletas divulgadas pelas empresas e que não estão em conformidade com a NBC T 15 totalizando 50% para reclamações diretamente na entidade, as por órgãos de proteção e defesa do consumidor e números de reclamações atendidas.

No quesito reclamações por meio da justiça temos 41,67%, e 83,33% para multas e indenizações a clientes, e com relação a ações empreendidas pela entidade para sanar as reclamações averiguou-se 79,17% de informações incompletas.

Com relação às multas e indenizações contra as empresas e ações empreendidas para sanar ou minimizar as causas das reclamações, se destacaram pela grande quantidade que não divulgaram essas informações nos seus relatórios, totalizando respectivamente 20 e 19 empresas.

Tabela 8 – Interação com Fornecedores

Itens de Divulgação - INTERAÇÃO COM FORNECEDORES	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Critérios de responsabilidade social para seleção de seus fornecedores	20	83,33%	4	16,67%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

A análise agora abrange a interação com os fornecedores que de 24 empresas 20 delas tem critérios para seleção de seus fornecedores, somando 83,33% das empresas, apenas 4 empresas de um total de 24 não tem critérios para seleção de seus fornecedores.

4.4 Evidenciações da dimensão IV – Interação Com o Meio Ambiente

Portanto, com relação à Interação com o Meio Ambiente, serão apresentadas as porcentagens de investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente e com Educação Ambiental.

Tabela 9 – Interação Com o Meio Ambiente

Itens de Divulgação - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente	22	91,67%	2	8,33%	24
Investimento e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados	19	79,17%	5	20,83%	24
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	10	41,67%	14	58,33%	24
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	20	83,33%	4	16,67%	24
Processos ambientais, administrativos e judiciais contra a entidade	5	20,83%	19	79,17%	24
Multas e indenizações relativas a matéria ambiental	6	25,00%	18	75,00%	24
Passivos e contingências ambientais	5	20,83%	19	79,17%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

A Tabela 9 mostra a interação da entidade com o meio ambiente onde as empresas divulgam informações, como investimentos e gastos para melhoria do meio ambiente onde 91,67% das empresas estudadas demonstram essa informação e 79,17% sendo investimentos e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados.

No quesito investimentos e gastos são de 41,67% com educação e sendo 83,33% com outros projetos ambientais para a comunidade, e para os processos ambientais, administrativo

e judicial, contra a entidade e passivos e contingências ambientais totalizando 20,83%, e para de multas e indenizações relativas à matéria ambiental soma 25%. Sendo que na amostra as empresas pouco mostram informações referentes a esses assuntos que para eles não agregaram valor, mas que para o ambiente externo em que a empresa esta envolvida é de suma importância.

Tabela 10 – Educação Ambiental

Itens de Divulgação - INVESTIMENTOS E GASTOS COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	I.C	%	I.I	%	TOTAL
Empregados	7	29,17%	17	70,83%	24
terceirizados	4	16,67%	20	83,33%	24
Autônomos	2	8,33%	22	91,67%	24
Administradores	5	20,83%	19	79,17%	24

FONTE: dados da pesquisa (2014)

A Tabela 10 demonstra as informações em que a NBC T 15 estabelece e que as empresas pouco estão informando nos seus relatórios, informações como investimento com gastos com educação ambiental para o corpo funcional da empresa. Os gastos com educação ambiental para empregados 17 empresas das 24 analisadas não publicam, e para terceirizados 83,33 % delas de informações incompletas e para autônomos e administradores totalizam respectivamente 91,67% e 79,17% em informações incompletas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise pode proporcionar um entendimento sobre as empresas listadas na ISE, onde maioria sempre deixa algumas informações sem publicar, informações que por sua vez não sejam de total importância para a empresa, como multas, processos ambientais e passivos e contingências ambientais. O referencial teórico fez-se de muita importância para o entendimento na conclusão do trabalho, assim como a metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se livros e relatórios para que fosse possível alcançar resultados.

Nas informações divulgadas pelas empresas classificadas no trabalho, alguns pontos se destacam em relação às prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15 pela quantidade de informações incompletas como é o caso das contingências e passivos trabalhistas, por ter um grande número de empresa em que essa informação não aparece devida tais informações apresentarem algo em que as empresas não gostem de mostrar.

O estudo acrescentou no conhecimento, e como as empresas estão agindo no mundo atual, com os objetivos traçados pode-se alcançar e visualizar dados como a geração e distribuição de riqueza onde o item demonstração do valor adicionado alcançou 100% das empresas classificadas no trabalho onde estão presentes nos seus relatórios, trazendo assim informações muito importantes para os leitores.

As prerrogativas estabelecidas pela NBC T 15 estão bem alocadas com relação às informações de recursos humanos nas empresas, trazendo muitos dados importantes para o público externo como dados referente à remuneração a empregados, benefícios, corpo funcional e passivo e contingências trabalhistas, sendo que apenas esse último citado encontrou uma deficiência nas informações, sendo uma porcentagem muito baixa de informações publicadas.

Pode-se observar que o relacionamento das empresas com a comunidade no meio ambiente externo está bem demonstrado, quando as mesmas estão proporcionando algo na vida das pessoas, fazendo um diferencial na comunidade. Algo bem importante para outros empresários são os critérios de responsabilidade social para a seleção dos seus fornecedores, sendo de 20 empresas das 24 utilizam esse critério.

Os investimentos e gastos com o meio ambiente estão demonstrando pouco com relação aos gastos com a educação ambiental da comunidade e dos colaboradores totalizam abaixo de 50% como também multas e processos contra a empresa.

6. REFERÊNCIAS

BEUREN, Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2ª Ed.2004.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maísa de Souza. **RAC- Eletrônica: Evolução e estrutura do balanço social no Brasil e Países selecionados: um estudo empírico**. Disponível em: <>Acessos em 19/05/2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. NBC T 15: **Informações de Natureza Social e Ambiental**, 2004. Disponível em:<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003> Acesso em: 03/06/2012.

CPC 09 Comitê de Pronunciamentos Contábeis: **Demonstração do valor adicionado**. Disponível em:< www.cpc.org.br/pdf/cpc_09.pdf> Acesso em: 20/05/2012.

FERREIRA, Aracéli de Sousa. **Contabilidade ambiental: Uma Informação para o desenvolvimento**. 2ª Ed.2009.

Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômico – IBASE: **publique seu balanço social**. 2003. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2&tpl=printerview>> Acesso em: 18/05/2012.

Krespi, N.T; Utzig, M.J.S; Dalladona, L.F; Scarpin,J.E. **Evidenciação de informações ambientais: análise sob o aspecto do balanço social de empresas listadas na ISE**. Disponível e: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v8/Isep.pdf>> Acesso em 13/01/2014.

Lei 6404 de 1976 das Sociedades por Ações, alterada pela lei 11638 de 2007, art.176: Demonstração Do Valor Adicionado.

PAIVA, Paulo Roberto De. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. 1ªed. 2003, reimpressão 2009.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Balanço social: Avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina**. Revista de Contabilidade e Finanças. V15, n36. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772004000300002&lng=pt&nrm=iso> Acessos em 19/05/2012.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2 ed. 2010

SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia de, CARVALHO, Fernanda de Medeiros Carvalho: **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais e Empresas Latino-Americanas**. Disponível em: <www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/.../article/.../113> Acesso em: 19/05/2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio: **Balanço social e a contabilidade no Brasil**. Disponível em:<WWW.eac;fea.usp.br/cadernos/completos/cad09/balanço_social.pdf> Acesso em: 19/05/2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, MORAES, Pécio Belluomini: **Uso da Demonstração do valor adicionado - DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no BRASIL.** Disponível em: <www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/136.pdf> Acesso em: 19/05/2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio, KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** 2^aed. 2008.

INDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. Disponível em: <https://www.isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=1> Acesso em: 19/10/2013.

INDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-br>> Acesso em: 19/10/2013.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Índice de sustentabilidade empresarial.** Disponível em: <www.bovespa.com.br> Acesso em: 12 de dezembro de 2013

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, AES TIETE 2012. Disponível em: <<http://www.aesbrasil sustentabilidade.com.br/pt.html>> Acesso em: 14/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, BRASKEM 2012. Disponível em: <<http://www.braskem-ri.com.br/list.aspx?idCanal=S45WuvMIGO+QRFI7O4KSAg==>> Acesso em: 14/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, CEMIG 2012. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Documents/Relatorio_Anuar_e_de_Sutentabilidade_Cemig_2012.pdf> Acesso em: 14/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, CESP 2012. Disponível em: <[http://www.cesp.com.br/portalCesp/biblio.nsf/V02.01/socioambiental2012/\\$file/R_Socioambiental_CESP_2012.pdf](http://www.cesp.com.br/portalCesp/biblio.nsf/V02.01/socioambiental2012/$file/R_Socioambiental_CESP_2012.pdf)> Acesso em: 14/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, COELCE 2012. Disponível em: <http://www.endesabrazil.com.br/arquivos/END_RA_2012_v8.pdf> Acesso em: 14/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, DURATEX 2012. Disponível em: <http://www.duratex.com.br/ri/pt/download/Duratex_RA_12.pdf> Acesso em: 18/01/2014

BALANÇO SOCIAL ELETROBRAS 2012. Disponível em: <www.eletrabras.com/ELB/main.asp?Team={4A2B5B3C-751A-4E38-86A7-D6085CEE347B}#2012> Acesso em: 18/01/2014

BALANÇO SOCIAL 2012 BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2012/port/ra/17.htm#.U8q-y0BGNQ>> Acesso em: 18/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, BRADESCO 2012. Disponível em: <<https://www.bancodoplaneta.com.br/site/%28S%28r5day55avdjc45vretkf55%29%29/>>

conteudo/interatividade/relatorio-anual.aspx?secaoId=45&idiomaId=2> Acesso em: 18/01/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, ELETROPAULO 2012. Disponível em:<<http://www.abradee.com.br/escolha-sustentabilidade-so-setor/relatorios-das-associadas/341-relatorio-de-sustentabilidade-aes-eletropaulo>> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, CPFL 2012. Disponível em:<http://www.cpfl.com.br/relatorioanual/2012/Documentos%20Compartilhados/CPFL_RA_12_PORT.pdf> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, EMBRAER 2012. Disponível em:<http://ri.embraer.com.br/arquivo/Relatorio_Anuual_2012_Port.pdf> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, ENERGIA DO BRASIL 2012. Disponível em:<http://edp.infoinvest.com.br/ptb/2294/EDP_baixa_v10.pdf> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO, GERDAU 2012. Disponível em:<http://www.anefac.com.br/Uploads/Arquivos/DFS/Dfs_2013/Acima_de_5_bilhoes/GERDAU/05.pdf> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, GERDAU METALURGICA 2012. Disponível em:<<http://ri.gerdau.com/ptb/5382/2012RelatorioAnualCompleto.pdf>> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, BANCO ITAU S.A 2012. Disponível em:<<http://www.itausa.com.br/PT/Documentos/ra311212.pdf>> Acesso em: 18/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, ITAU UNIBANCO 2012. Disponível em:<<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/2012/pt/downloads/ItauUnibanco-RA2012.pdf>> Acesso em: 08/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, LIGHT 2012. Disponível em:<<http://www.relatoriolight.com.br/quem-somos/relatorios-antiores/>> Acesso em: 09/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, NATURA 2012. Disponível em:<http://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/nat_gri_2012_pt_af_1704.pdf> Acesso em: 09/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, SABESP 2012. Disponível em:<http://site.sabesp.com.br/uploads/file/sociedade_meioamb/RS_2012.pdf> Acesso em: 09/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, SUZANO 2012. Disponível em:<<http://v4.suzano.infoinvest.com.br/ptb/4567/RELATRIODESUSTENTABILIDADE2012.pdf>> Acesso em: 09/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, TELEMAR 2012. Disponível em:<<http://relatorioanual2012.oi.com.br/>> Acesso em: 09/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, TIM 2012. Disponível em:<<http://www.relatoweb.com.br/tim/12/front-ra>> Acesso em: 09/02/2014

RELATORIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE, TRACTEBEL 2012. Disponível em:<<http://www.tractebelenergia.com.br/wps/portal/rso-2012/central-de-download>> Acesso em: 09/02/2014